



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III - Nº 19 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 91 - Cr\$ 150,00

**Abaixo o pacote
antinacional
e antipopular !**

O "Emendão" é mais um ataque feroz de Col-
lor às condições de vida das massas. Acaba
com a aposentadoria por tempo de serviço,
com a estabilidade do funcionalismo, com o
ensino público e gratuito universitário; concede
poderes ditatoriais ao governo para reduzir os
salários dos servidores e demiti-los; aprofun-
da a recessão e avança na desnacionalização
da economia. Esta é mais uma forma de
despejar a crise sobre as massas.

O Salário Mínimo de 42 mil e a fajuta pré-
fixação para antecipação aprovados no Con-
gresso são um decreto de fome e miséria. A
maioria ganha menos de 1 a 3 salários
mínimos e não pode sobreviver com salários
tão arrochados. A minoria rica ficará mais rica
e a maioria mais pobre. Em defesa da
sobrevivência da família operária defendemos
o salário mínimo de 180 mil (setembro), com
escala móvel de salários.

**Abaixo a política
salarial de fome !**

**Que a CUT e os
sindicatos organizem
a greve geral por
tempo indeterminado !**

Os trabalhadores não têm outro
meio de enfrentar tamanho ata-
que: só a greve, as manifestações
de rua, a formação dos comitês e
as ocupações de fábrica. Para
impor o salário mínimo real e der-
rubar o "Emendão", a arma que
temos é a greve geral. Que a CUT
e os sindicatos a organizem !

**Para derrotar o golpismo na URSS
lutar pela Revolução Política !**

O "Emendação" de Collor:

MAIS UMA OFENSIVA REACIONÁRIA

O Emendação de Collor é um conjunto de medidas antipopulares e antinacionais. Atinge a estabilidade do funcionalismo público, prevê demissões em massa dos servidores, cria o poder do governo reduzir arbitrariamente os salários dos funcionários, diminui o percentual de aplicação do orçamento da União para a folha de pagamento, acaba com o ensino público universitário, aumenta impostos, reduz a transferência de recursos para os estados e municípios, regulamenta a privatização da telefonia, etc.

Segundo Collor, a reforma constitucional é necessária para pôr em andamento o seu Projeto de Reconstrução Nacional, arquitetado segundo os mandamentos da desestatização, da obtenção de superávits fiscais para pagar a dívida externa e da quebra de todo e qualquer protecionismo contrário aos interesses do capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo em que provoca a recessão e o desemprego em massa na indústria, comércio, agricultura,

bancos, etc, pretende se livrar de 360 mil funcionários federais, dos quais mais de 100 mil já foram demitidos. E, para completar, aumenta o tempo de serviço para a aposentadoria.

O Emendação nada mais é do que um ataque direto aos trabalhadores. Atinge uma das conquistas mais almeçadas pelo assalariado, que é a da estabilidade no trabalho, aumenta a exploração da força de trabalho e agrava o desemprego.

Está claro que tais medidas vêm no sentido de aplacar o caminho para outros choques mais violentos ainda, que favoreçam os propósitos do imperialismo de se proteger da crise mundial, às custas das nações oprimidas e das massas.

Esta nova ofensiva reacionária coloca a unidade nacional das massas, sob a direção do proletariado, contra o governo pró-imperialista e seu Emendação.

Um acordo de crise

O Planalto exige dos governadores que sigam a orientação recessiva e antipopular. E que sirvam de instrumento para disciplinar os parlamentares opositores. Ou se negocia uma saída, ou o poder central terá de tomar medidas impositivas quanto à dívida dos estados. Nesse sentido, Collor ameaça com a explosão da crise institucional. A manifestação recente dos militares em torno do veto à Medida Provisória 296 foi um aviso da existência da tutela militar.

O fato do Emendação atingir interesses mais diversos indica o grau avançado de decomposição política do regime. Ao mesmo tempo, comparece como uma tarefa de difícil realização. Ela pressupõe colocar sob uma mesma direção o PMDB, PDT, PFL e PDS.

O fisiologismo dos governadores e o clientelismo da corrompida política burguesa facilitam até certo ponto acatar as pressões de Collor. Entretanto, se o objetivo é contornar a crise capitalista, que ameaça avançar de patamar, essa mesma crise provoca cisões cada vez mais contundentes no seio da burguesia e seu Estado.

A política pró-imperialista de Collor e seus efeitos antisociais (desemprego e corte salarial) potencializam a crise do país semicolonial, que carece de desenvolvimento e vem regredindo. A tendência dos governadores é procurar um acordo intermediário, cujo resultado será antipopular. O fracasso de Collor e dos governadores é a variante provável.

Trata-se de um acordo de crise, que acelerará ainda mais a desintegração econômica e política do país. Assinala a tendência reacionária da situação. A saída progressiva depende do proletariado, que terá de organizar seu partido, seu programa antiimperialista e anticapitalista, para se destacar como dirigente da maioria nacional oprimida.

Um complô contra a Nação

A reunião de Collor com os governadores objetivou selar um acordo que viabilize a orientação do PMI, concretizando as medidas do Projeto. Está de volta a crise financeira da União e, com ela, a da maioria dos estados da federação, que se afogam numa dívida de US\$ 57 bilhões.

Em todo país, os governadores golpearam a fundo os salários dos servidores e reduziram drasticamente os investimentos. Porém, persiste o quadro pré-falimentar dos orçamentos determinados pela combinação da monumental dívida externa e interna. O esgotamento dos efeitos conjunturais do Plano Collor, novamente, pôs a Federação à beira do abismo.

O governo central necessita colocar sob seu controle as políticas estaduais. Um dos fundamentos do Emendação é dar a Collor um poder extraordinário de intervenção e decisão. As contradições de interesses surgidas da crise econômica e da linha pró-imperialista adotada pelo governo fraturaram ainda mais as forças burguesas, que influenciam na condução dos negócios de Estado.

O Executivo tem se esbarado nas diretrizes particulares dos governadores e nas divergências parlamentares. Collor se vê paralisado diante do retorno do déficit público, do descontrole dos preços, da volta da especulação financeira, da queda no superávit das exportações, etc.

A ingovernabilidade ameaça ganhar terreno. Apoiando-se nas dificuldades dos governadores, exige deles que demitam funcionários em massa, acabem com a estabilidade e criem caixa para pagar a dívida, bem como renunciem às vantagens fiscais conferidas pela Constituição de 88.

A disposição dos governadores, que vai do PDT ao PDS, em colaborar com Collor representa um complô contra a nação.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

Ganhar as ruas contra o novo choque

A retomada da alta inflacionária comprova o fracasso do violento choque de março, que levou o país à quebra produtiva e ao desemprego em massa. Os assalariados sofreram um arrocho histórico. E agora suportam o peso da recessão e inflação combinadas. Tudo indica que logo mais Collor decretará um novo choque, que será ainda mais catastrófico.

A submissão do Brasil à economia imperialista o condiciona às pressões da crise internacional. Ao ser obrigado a restabelecer o pagamento monstruoso da dívida externa, acompanhado de medidas recessivas e de proteção ao capital estrangeiro, desintegram suas bases produtivas e solapa a capacidade financeira do Estado.

Um dos pontos centrais das exigências do imperialismo é o de se quebrar o poder de intervenção estatal e o protecionismo econômico. Collor tem trabalhado nesta linha, impondo assim a retração do desenvolvimento econômico.

Ocorre que o nível de quebra e de favorecimento dos interesses externos não foi suficiente. Os credores pretendem que o governo transfira uma maior parte da riqueza produzida, que só poderá vir da superexploração

das massas e, em parte, da semi-exploração dos setores mais débeis da burguesia nacional.

O reflexo sobre as finanças do Estado é brutal. Reduz a pó sua potencialidade monetária. Ao invés de investir econômica e socialmente, canalisa as finanças para os banqueiros internacionais.

Num país atrasado em que a ação do Estado, na forma de capitalismo de Estado, tem peso decisivo para o crescimento econômico, tal política conduz à destruição das forças produtivas e aumento extraordinário da crise social. Eis a fonte da nova explosão inflacionária e a recolocação de um novo choque.

A resposta a mais um ataque catastrófico se encontra na capacidade de ação direta das massas, principalmente da classe operária. O cerco da burocracia sindical tem sido o principal fator de contenção da explosão social, o que tem permitido Collor trabalhar abertamente rumo a essa nova ofensiva antipopular. A vanguarda revolucionária está posta denunciar a paralisia dos burocratas sindicais e defender a saída às ruas contra a miséria e o entreguismo.

Qual é a resposta do PT à Crise

O economista do Governo Paralelo do PT, Aloisio Mercadante, avalia que um novo choque poderá vir a ocorrer com o descontrole inflacionário. Considera que o país vive em estado de emergência prolongado e que os pacotes não estabilizaram a economia. Ao mesmo tempo critica Collor que sacrifica os trabalhadores e é generoso com os grandes grupos capitalistas. Em tudo isso tem razão. Porém, qual é a resposta formulada pelo PT?

Segundo o economista, trata-se de fortalecer as câmaras setoriais, com a participação dos sindicatos, travar um severo combate ao déficit público e aprovar a lei salarial. O representante do Governo Paralelo formula respostas à crise a partir do próprio Estado burguês e do seu governo. As tais câmaras setoriais são uma tentativa de controle de preços e salários e embrões de colaboração de classes, através dos quais capitalistas, trabalhadores e governos administrariam a luta em torno da extração e distribuição da mais-valia. Pretende-se administrar harmonicamente a exploração de classes e resolver a anarquia capitalista, determinada pela forma monopolista da produção e distribuição.

A solução do déficit público, exigido inclusive pelo FMI, é simplesmente impossível com a dívida externa de US\$ 120 bilhões. A sua administração implica em profundos cortes recessivos, como vem fazendo Collor.

Quanto à política salarial, os parlamentares do PT estavam defendendo o salário mínimo de 60 mil, que representa apenas um terço do mínimo real. E acabaram votando a lei salarial de fome. Por essa política, Collor continuará a pisotear os assalariados e a ser generoso com os exploradores. Com a diferença de contar com o apoio do PT. Dos social-democratas não podemos esperar outra coisa.

A Usiminas vai ser entregue ao imperialismo. O que faremos?

O Juiz de Minas Gerais, sob pressão dos interesses regionais, havia suspenso o leilão da Usiminas. No prazo de 13 dias, o governo pôs fim a essa decisão. O Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu causa favorável ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que promove a privatização da estatal. As decisões divergentes no aparato legal se basearam na avaliação para a venda, considerada subestimada pelo Juiz de Minas Gerais. Em resposta, o Juiz superior Alvez Lima considerou que "o valor mínimo para alienação das ações da Usiminas foi fixado por consultores de renomado conceito" (Folha de S. Paulo).

Este jogo é fruto das discordâncias existentes no interior da burguesia. Comprova a impotência da fração estatalizante em defender seus próprios interesses oligárquicos perante a desnacionalização. A paralisia dos nacionalistas, que não fazem outra coisa senão proclamar Manifesto à Nação, como acaba de fazer Miguel Arraes com sua frente de parlamentares progressistas, ressalta frente aos ataques reacionários do neo-liberalismo de Collor, que não é outra coisa senão o entreguismo descarado.

O extraordinário é que os social-democratas do PT, que falavam numa sociedade sem exploradores e explorados, se encolhem perante a envergadura da reação, que pisoteia traços mais tênues de soberania nacional. A CUT, sob sua direção, permanece alheia aos acontecimentos, quando somente o proletariado pode se opor ao imperialismo, defender o estatismo como parte da luta revolucionária contra o grande capital e levantar a tarefa de independência nacional, sob o governo operário e camponês.

Há que denunciar a capitulação vergonhosa da esquerda democrática e levantar a bandeira do estatismo antimperialista, cuja conclusão prática conduz à ocupação das estatais e formação dos comitês de frente antimperialista.

Congresso aprova Política Salarial de Fome

Depois de 3 meses de discussão, a Câmara Federal aprovou o projeto de lei salarial elaborado pelos partidos de oposição ao governo. Seu conteúdo é o seguinte:

1) O salário mínimo será de 42 mil em setembro e 46 mil em outubro, mais a inflação do mês;

2) Haverá correção do salário mínimo a cada 2 meses, que não será inferior à metade da inflação do período. Em primeiro de janeiro de 1992, será feita a reposição das perdas, e mais um "aumento real" de 4,02% só para o salário mínimo;

3) Quem ganha de 1 a 3 salários mínimos receberá uma antecipação a cada 2 meses, por um índice a ser fixado pelo Ministério da Economia. Esse índice também não pode ser menor que metade da inflação do período;

4) Para faixas de 3 a 7 mínimos, haverá um gatilho que disparará de 3 em 3 meses, sempre que a inflação chegar a 15%. O índice será fixado pelo governo e a reposição só acontecerá de 6 em 6 meses;

5) Para quem ganha mais de 7 mínimos, haverá livre negociação;

6) A partir de janeiro de 1992 os salários até 3 mínimos terão antecipação salarial mensal e reposição a cada 3 meses. O salário mínimo será aumentado em 5% de 3 em 3 meses.

Os políticos da burguesia complicam as fórmulas da política salarial para no final das contas manterem o arrocho e a miséria das massas. Em julho, o Dieese calculava o salário mínimo real em 156 mil, enquanto se pagava 23 mil com os abonos. Em agosto, seriam necessários cerca de 180 mil, enquanto que o Congresso aprovou 42 mil para setembro. E o que dizer da correção bimestral e do fajuto ganho real de 4,02%? O custo de vida em agosto já chegou aos 15% e em setembro estará próximo aos 20%. Se os 42 mil é uma miséria, será mais miserável ainda com a inflação de 15% ao mês.

Esta nova política salarial consagra a velha super-exploração capitalista do trabalho, perante a qual os assalariados são escravos.

O que os trabalhadores devem saber do Congresso Nacional

Desde maio que se discute na Câmara Federal a aprovação de uma política salarial, uma vez que o Plano Collor havia acabado com os reajustes e imposto a malfadada livre-negociação. Os partidos da burguesia (PMDB, PSDB, PFL, etc) levantaram a necessidade de regulamentar uma lei de reajuste porque a inflação explodiu e a situação de miséria das massas se tornou insustentável. Num primeiro momento, a Comissão de Trabalho do Congresso aprovou um projeto de elevação do salário mínimo para 67 mil e pré-fixação mensal do reajuste, calculada pelo governo, para os que ganhassem até 5 mínimos. O governo Collor, por sua vez, apresentou a proposta de salário mínimo de 35 mil, com reajuste apenas semestral.

Para que se chegasse a um acordo, os parlamentares da oposição rebaixaram o valor do salário mínimo para 50 mil, enquanto que o governo

chegou aos 40 mil, desde que a Câmara abrisse mão da pré-fixação mensal.

Frente ao impasse, Collor ameaçou com o veto caso fosse aprovado o projeto da oposição. Procurando evitar o conflito, admitiu reajuste salarial a cada dois meses, com base em um índice pré-fixado pelo Ministério da Economia, para a faixa de até 3 mínimos, e a cada 4 meses se faria a reposição do faltante.

Depois desta jogatina, o resultado foi que a oposição rebaixou o salário mínimo inicial de 67 mil para 42 mil em setembro e 46 em outubro, com a correção bimestral. Assim, chegou próximo do pretendido pelo governo antipopular.

Esta manipulação exemplifica muito bem como os parlamentares e o governo, representantes da burguesia, negociam a taxa de exploração. Os instrumentos da democracia burguesa jamais serão colocados a favor das massas, porque respondem à necessidade capitalista de aprimorar a opressão de classe.

A Desavergonhada Esquerda Parlamentar

Na jogatina entre o Congresso e o governo, ressaltou a posição capituladora do PT, PCB e PCdoB. Acabaram abrindo mão do salário mínimo de fome de 67 mil, para aprovar os 42 mil, aceitos por Collor.

Demagogicamente, o líder do PDT na Câmara, Vivaldo Barbosa, insistiu em manter os 46 mil já para setembro. Imediatamente, seu partido o repreendeu, e o relator da Comissão de Trabalho, José Pain do PT, o condenou pela atitude. O vice-líder do PCB justificou a aprovação dos 42 mil com o argumento de driblar o veto de Collor.

Do PT ao PCB, cada um tem uma justificativa para explicar a capitulação frente às pressões do governo e dos próprios partidos burgueses aliados, como o PMDB. Estes parlamentares reformistas e estalinistas longe de utilizarem o parlamento para defenderem a vida das massas e chamá-las à luta direta, se adaptam ao jogo do governo burguês e seus aliados.

CUT e Força Sindical consideram 42 mil um avanço

Rosilver Pavan (secretária de imprensa da CUT) e Luiz Antônio Medeiros (Força Sindical) comentaram a definição do Congresso da política salarial e do salário mínimo.

Os dois consideraram os 42 mil um avanço. Isto, segundo a secretária da CUT, apesar de se valor representar metade da metade do mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador.

A palavra "avanço" é uma das mais utilizadas do dicionário pelos burocratas sindicais. Eles a utilizam para camuflar migalhas obtidas através dos conchavos no Congresso e nos Fóruns de Negociações com o patronato e o governo. No caso do salário mínimo, o "avanço" foi subir o mínimo de 40 mil como pretendia o governo, para 42 mil. Só mesmo burocratas poderiam considerar um avanço a continuidade da superexploração e da miséria que representa a nova política salarial.

O SALÁRIO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Os trabalhadores notam que constantemente seus ganhos são mais reduzidos. Milhões são empurrados para a pobreza absoluta, ou seja, não ganham para comer o suficiente. Não têm acesso a direitos elementares de condições de vida, saúde e educação. Nestas condições, estão cerca de 30 milhões de brasileiros. Próxima a esta barbárie estão outros tantos, que ganham 3 salários mínimos.

Alguns dados: enquanto a inflação de 1981 a 1991 ficou em 515.325.408%, o salário mínimo foi corrigido em apenas 200.831.579%. Estes números fantásticos dizem que o salário mínimo foi reduzido na sua capacidade de compra em mais de 100%. Comparado com o salário mínimo de julho de 1940, o de julho de 1991 correspondia em valor real a apenas 28,02%, enquanto que o de julho de 1981 correspondia a 63%.

Considerando que 62% dos assalariados ganham menos de 1 a 3 salários mínimos, temos o quadro de crescente superexploração da maioria trabalhadora. Eis porque a parcela dos salários na renda nacional

hoje é de menos de 35%, enquanto que em 1981 participava com 50%.

Identificamos, assim, que a crescente superexploração vem acompanhada da crescente concentração de riqueza nas mãos da minoria exploradora. Os 10% mais ricos tem sob seu controle a maior parte de tudo que é produzido. A minoria burguesa enriquece, enquanto a maioria trabalhadora é empurrada à miséria.

O capitalismo se estrutura sobre a base da crescente exploração da força de trabalho (mais-valia extraída pelos capitalistas) e concentração da propriedade dos meios de produção e subsistência. Em situação de crise e desagregação econômica, esta contradição se potencializa em função da necessidade dos exploradores se defenderem às custas da mutilação de milhões de pessoas.

Os oprimidos, dirigidos pelo operariado, não só estão obrigados a defender o salário e o emprego como a lutar para expropriar o poder da burguesia, impor a propriedade coletiva dos meios de produção e controlar o Estado através do governo das massas, isto é, da ditadura do proletariado, que em nosso país será encarnada pelo governo operário e camponês.

Em defesa do Salário Mínimo Real

Os revolucionários defendem o salário mínimo real, que em julho era de 156 mil cruzeiros, para que o trabalhador tenha mínimas condições de sobrevivência, e para levantar a maioria nacional contra a superexploração capitalista que tem como um de seus pilares de sustentação o salário mínimo miserável.

Como o salário mínimo real se choca frontalmente contra a superexploração capitalista, não pode ser conquistado se não for através da luta nacional de massas. Somente a ação direta do conjunto das massas oprimidas pode impor ao governo burguês e aos capitalistas o salário mínimo real.

Por isso, defendemos uma campanha nacional de luta pelo salário mínimo real com escala móvel, que necessariamente tem que passar pela formação dos comandos de base, pela convocação de assembléias massivas e pela greve geral por tempo indeterminado.

A FARSA DA PRÉ-FIXAÇÃO

As faixas que recebem até 3 mínimos terão reajustes a cada dois meses, por um índice a ser fixado pelo Ministério da Economia, sendo que esse percentual não pode ser inferior a 50% da variação do INPC do período. Como se vê, a Lei salarial permite ao governo fixar um índice equivalente à metade da inflação integral (INPC) e isto só a cada dois meses, quando a inflação mensal está em disparada.

E porque o Congresso não aprovou uma lei que reajustasse integralmente o valor dos salários e protegesse os trabalhadores contra a inflação? Justamente porque a inflação é um mecanismo da economia capitalista que serve para manter a alta lucratividade da classe patronal. Perante a crise econômico-financeira, os capitalistas necessitam sacrificar ainda mais os assalariados e, para isso, reduzem seus ganhos através da inflação. A política salarial burguesa do Congresso protege esse mecanismo de superexploração das massas.

COMO LUTAR PARA AUMENTAR O SALÁRIO MÍNIMO?

O método utilizado pela direção da CUT em relação à definição da política salarial só poderia ter acabado na miséria de 42 mil. De saída, os burocratas já fixaram um valor muito abaixo das reais necessidades para a sobrevivência do trabalhador: 67 mil não dá para nada. Mas esse valor foi fixado pelos reformistas pensando nos conchavos do parlamento burguês e não na ação das massas. Meneguelli e companhia já fixaram um valor pequeno para o salário mínimo visando desde o início o acordo com o governo. Por aí não poderia mesmo haver luta alguma.

Defesa da escala móvel de reajuste

Para o operariado combater a superexploração tem de denunciar a farsa da préfixação e defender a escala móvel dos reajustes. O que quer dizer que os salários serão reajustados automaticamente de acordo com a inflação. E o índice deve ser determinado pelos sindicatos, que apurarão rigorosamente a alta dos preços.

O governo diz que a escala móvel alimenta a inflação e que a economia não aguenta pagar um salário mínimo real. Respondemos que os ricos têm ficado mais ricos e os pobres mais pobres. Contra a superexploração, defendemos a vida da classe trabalhadora. A inflação é provocada pela especulação, pagamento da dívida externa e pela submissão do país a um punhado de magnatas burgueses.

A luta grevista nacional pelo salário mínimo real com escala móvel é um passo necessário contra a fome da grande maioria. O contrário é se submeter à escravidão.

"SOS" da CUT

A CUT havia fechado inicialmente com a CGT e Força Sindical em torno do salário mínimo de 67 mil da Comissão de Trabalho. Contavam com a unidade dos partidos da oposição para impor o projeto da lei salarial a Collor. Confiante, a Central Única não fez outra coisa senão trabalhar nos bastidores do Congresso, através dos parlamentares do PT, e distribuir panfletos demagógicos da campanha SOS salário.

Como depositava esperança na decisão parlamentar, não poderia se apoiar na luta das massas.

O ato convocado para o dia 21 de agosto, na Praça Ramos, foi um fiasco. Os assalariados foram chamados a apoiar a jogatina no corrupto parlamento. É claro que não poderiam atender ao chamado, destinado a ser um pequeno protesto de opinião pública.

O fato da direção da CUT se negar a fazer uma campanha nacional em defesa do salário mínimo real foi responsável pela Lei salarial de fome.

CRESCE A PROSTITUIÇÃO INFANTIL

Recentemente, o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) denunciou que há 400 mil crianças ligadas direta ou indiretamente à prostituição. Aponta, também, que 40 mil menores vivem na prostituição no Grande Rio.

São crianças de 10 a 15 anos, que se vendem nas noites do Rio, de São Paulo e de todos os grandes centros do país. Grande parte das meninas se vende por um prato de comida, por uma roupa nova, por uma bicicleta ou até por 200 cruzeiros. Esses dados mostram a decomposição da sociedade capitalista. Um regime econômico que se esgota enquanto possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, carrega consigo o germe de destruição de valores, cultura, etc. Com isso, não é mais capaz de dar casa, escola, trabalho para a maioria da população. Ao contrário, transforma tudo em mercadoria, até as crianças são vendidas como mercadorias baratas, que depois de usadas serão jogadas.

A Concentração de Capitais, uma tendência da crise.

A situação pré-falimentar de grandes bancos nos Estados Unidos tem se agravado. A enorme especulação financeira, acompanhada de quebras de setores produtivos, altos juros ministrados pelo Federal Reserve, elevação do custo do dinheiro abruptamente, queda nos preços de ramos endividados e incapacidade dos países devedores continuarem a pagar integralmente a dívida parasitária têm provocado um rombo no setor financeiro. "Um em cada cinco bancos do EUA, com patrimônios superiores a US\$ 1 bilhão, apresentaram balanços negativos" (O Estado De S.Paulo). Analistas norte-americanos prevêem que 367 grandes bancos estão em quebra. Destes, 54 já faliram este ano. Acrescente-se a este fato a perda, desde 1986, da supremacia mundial dos bancos norte-americanos para os japoneses, o que conduz a uma acirrada concorrência inter-imperialista.

Em decorrência, foi desencadeado nos EUA uma corrida à fusões bancárias. O Bank of America e o Security Pacific fundaram o Bank America Corporation, com ativos superiores a US\$ 190 bilhões, tornando-se o segundo maior banco da norte-américa, depois do Citicorp. O mesmo fizeram o Chemical Bank e Manufacturers Hanover: o NCNB e OCS/DOVRAN.

Tal tendência à fusão é própria da concentração de capital, como lei geral das relações capitalistas de produção. Nos momentos de crise, acelera-se o processo concentracionista. Ao invés de solucionar o quadro de quebra, prepara o terreno para a crise mais aguda. O problema é que as massas assalariadas e a maioria das nações oprimidas estão sob o controle do parasitismo financeiro, típico do imperialismo. A crise estrutural acirra as contradições do capital e sacrifica milhões de seres, obrigados a sustentar o imperialismo em decomposição.

Realizado debate contra prisões políticas em SP

O Comitê de São Paulo, que luta contra as prisões políticas, assassinatos no campo e contra os processos que a justiça vem impondo aos lutadores do movimento sem-terra e sem-terra, realizou no dia 16 um debate sobre o problema da terra. Estiveram presentes os representantes da comissão dos sem-terra da Vila Socialista, da Tendência pelo Partido Operário e Revolucionário, do Parque Primavera, da Febem, do CPT, do centro estudantil da PUC e militantes do movimento sindical e popular.

O debate centrou sobre a repressão que vem sofrendo o movimento no campo e na cidade. Foram feitas denúncias de despejos, da condenação dos camponeses presos no Rio Grande do Sul, da morte de lideranças sindicais, de perseguições e prisões no Pará e os processos de condenação de Boni e Romildo. Foi colocada a importância da formação dos comitês contra todo tipo de opressão política e social, bem como a necessidade imediata de unificação dos comitês através da criação de um comitê nacional, que teria como objetivo a coordenação de uma campanha geral em todo o país contra a brutal ofensiva dos latifundiários (UDR) e do governo aos movimentos. Militantes da T.POR intervieram explicando a proposta do governo de assentamentos, do PT de reforma agrária e a defesa das ocupações com resistência (auto-defesa).

Sem-terra de Mato Grosso, Ação direta para ter a Terra

50 famílias, que foram expulsas de terras onde haviam sido assentadas, invadiram a Fazenda Piau em Mato Grosso e mantiveram 5 pessoas como reféns exigindo seu reassentamento ao INCRA.

Com a tomada dos reféns, o governo do estado foi obrigado a providenciar o reassentamento das famílias desapropriando uma área de 5 mil hectares.

O que prova que a luta pela terra se acirra e que somente com a ação direta das massas camponesas se resolverá o problema no campo e que de nada adianta esperar que o governo, que apoia os latifundiários, tome em suas mãos a defesa da sobrevivência dos camponeses.

O Fórum de Colaboração de Classe

O PT, CUT e FIESP realizaram em agosto o seminário sobre desenvolvimento industrial. Para Mário Amato, capitalistas e trabalhadores devem se unir para enfrentar a crise econômica. Em resposta ao apelo da FIESP, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, declarou: "Estamos dispostos ao entendimento, mas prefiro não utilizar a palavra união" (Diário Popular).

O difícil é saber qual é a diferença, pois o entendimento leva à união. O conteúdo do entendimento só pode ser o da colaboração entre capital e trabalho. O sonho da burocracia sindical e dos reformistas é obter algumas concessões dos exploradores para estabelecer a união, que permitirá a exploração harmoniosa dos trabalhadores.

É uma posição oposta a da luta de classes, em que as massas arrancam à força as reivindicações e avançam na independência de classe. O seminário serviu justamente de

tribuna para assentar as bases para a colaboração classista.

O Sr. Amato demonstrou tal interesse que, para alimentar o sonho reformista de Lula, reconheceu que nos países socialistas se resolveu o problema da saúde e educação, assinalando, porém, que agora os trabalhadores lutam pela economia de mercado. E frisou que no Brasil o "trabalhador terá de ser mais produtivo e competente, podendo assim participar dos resultados da empresa em sociedade".

Isso deve ter enchido de esperanças os petistas, que clamam pela distribuição de renda. Porém, a única verdade no pensamento do capitalista é tornar o assalariado mais produtivo para o capital. Enquanto PT decidirá sobre a linha "socialista" a ser adotada em setembro, no I Congresso, seus dirigentes já cimentam a colaboração pró-capitalista.

UM ANO DE ROMPIMENTO COM O PT

Em setembro de 1991, fará um ano que a T-POR saiu do PT. O I Congresso do PT, que se realizará daqui a menos de 2 meses, formalizará definitivamente aquilo que já há algum tempo está cristalizado: o programa social-democrata que a Articulação impôs ao partido, traduzido na estratégia do governo democrático e popular (governo de conciliação de classes, de unidade nacional) e na tática do frente-populismo (frente eleitoral/parlamentar com a burguesia "progressista").

Alguns grupos pretendem fazer crer que o I Congresso seria uma espécie de "refundação" do PT. Ou seja, não negam que o I Congresso, que certamente aprovará as teses da Articulação, dará ao PT um claro programa social-democrata, mas escondem que o reformismo está cristalizado no PT há muito tempo. Escondem que o PT não é um Partido operário independente, mas um partido pequeno burguês democratizante, reformista, que se integrou ao Estado Burguês.

A T-POR caracteriza que o PT teve distintas fases de desenvolvimento. A fase inicial é o da construção do partido, em que se colocou a discussão programática e organizativa. Naquele momento, colocava-se para os revolucionários intervir no processo de formação do partido que agrupava atrás de si a vanguarda operária (potencialmente um partido operário inde-

pendente), lutando no seu interior para que se definisse pelo programa revolucionário, única via para que se construísse independentemente da burguesia e seu Estado. A maioria das correntes internas se colocava contrária à definição programática. A linha política geral já era determinada pelo que hoje chamamos de Articulação.

Com o processo de "abertura" (democratização do regime), abre-se a possibilidade da eleição direta presidencial e, portanto, a necessidade da definição do partido em relação a ela. A direção do partido vai consolidando a linha reformista, burocratiza o partido (esvazia os núcleos, ataca a democracia interna) e inicia uma ofensiva contra as tendências, buscando discipliná-las política e organizativamente. O processo atinge seu auge no V Encontro de 87, quando se aprova a estratégia do governo democrático e popular e a tática correspondente (frente popular); e se inicia a chamada "regulamentação das tendências", contando já com o apoio das correntes VS, DS e OT. A partir desse momento, já não é mais possível reverter a direitização do partido e sua integração ao Estado burguês, como propunham as correntes. Colocou-se a tarefa de preparar a ruptura organizativa, rumo ao Partido Operário Revolucionário.

A conquista de importantes prefeituras e a expressiva participação

na campanha presidencial foram acompanhadas pela integração total do PT ao Estado. Tornou-se para o partido necessário ser absolutamente confiável aos olhos de seus aliados da "burguesia progressista". Era preciso eliminar as crises internas em relação à política de alianças. A regulamentação definitiva das tendências do PT marca esse processo.

Já não é mais possível as tendências terem fisionomia própria no partido. Para se regulamentarem necessitariam colocar-se de acordo com a estratégia reformista e calar-se externamente. Para a T-POR, tornou-se impossível permanecer no PT sob estas condições, porque significava renunciar à estratégia da revolução e ditadura proletária e perder sua fisionomia política. Para as demais correntes, a defesa da estratégia da ditadura proletária não se colocava, uma vez que se submeteram a via eleitoral do Governo Democrático e Popular.

Não havendo mais nenhuma possibilidade de crítica interna (direito de divergência nos organismos) e colocada frente à integração do PT ao Estado burguês e as exigências de regulamentação, a T-POR rompe organizativamente com o PT e chama aos militantes classistas, não corrompidos pela política reformista, à construção do POR.

Nem continuação, nem refundação: É preciso romper com o PT reformista !

Um manifesto chamado "Continuação ! Não Refundação !" defendido pela corrente O Trabalho e por Florestan Fernandes deu início a um pretenso movimento pela continuação do que foi o PT até hoje e contra aquilo que consideram que será a sua refundação (a aprovação das teses da Articulação no I Congresso do PT).

Segundo esse grupo, a direção pretende "transformar" o PT em um partido de "interlocução social e não de militância, um partido no qual não haveria mais os mecanismos pelos quais a base controla sua direção, um partido que não teria inclusive fronteiras, estando aberto para a sociedade." (O Trabalho, 10/08/91). Para eles, o PT de hoje tem o defeito de ter pouca democracia interna pelo esvaziamento dos organismos de base, mas não deixou de ser um partido que luta pelo socialismo.

A verdade é que não haverá nenhuma mudança de

qualidade no PT a partir do I Congresso. Toda a base programática e organizativa do PT está assentada na estratégia definida já no V Encontro de 87, quando se definiu o objetivo estratégico do governo democrático e popular e a tática da frente com os partidos progressistas (frente popular). O partido já deixou claro que não luta pelo socialismo há tempos (algum dia lutou ?) O que se pretende é a reforma do capitalismo, o que seria alcançado, através da conquista de uma hegemonia dos partidos progressistas nas instituições burguesas (parlamento, presidência, etc)

O grupo encabeçado pelo O Trabalho pretende defender o PT de hoje. Não há que defender o PT reformista que reprime as greves do funcionalismo, joga a polícia contra as ocupações de terra e conchava o salário mínimo miserável com o governo, mas sim lutar para construir o autêntico Partido Operário Revolucionário.

PÔR EM PÉ A FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA

A dissolução das tendências no PT

Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo" (27/08/91), LULA defende o fim da sua própria corrente política (Articulação) e a construção de uma nova maioria no PT. Segundo outro apoiador dessa idéia, o deputado José Genoíno, essa maioria seria "mais ampla" e incluiria, além da Articulação, a Vertente Socialista e a Nova Esquerda.

O objetivo da união seria tentar enfrentar a crise partidária. Para LULA, "dar o pontapé inicial para acabar com as tendências" seria uma das condições para superar a crise. Um partido burocratizado como o PT só consegue enfrentar as crises aumentando ainda mais o controle burocrático da cúpula sobre o conjunto da organização, enquadrando todas as correntes sob a batuta da Articulação.

Um setor da Articulação é contra a "unificação" das principais correntes do PT. José Dirceu acusa os membros do grupo "Renovação" (também chamado heterodoxo) de jogarem sobre a Articulação "um problema deles, que é a estruturação do PT em tendências" (Folha de São Paulo). Para o burocrata, o fato de existirem tendências no partido se constitui num "problema". Como vemos, a diferença entre as posições de LULA e Dirceu está em como acabar com as tendências, mas ambos concordam com a necessidade de dissolvê-las.

O PT é um partido que tem como objetivo a conquista de um governo de unidade nacional através do voto, para reformar o capitalismo em crise. Por isso, nele tudo gira ao redor de como conseguir o maior apoio eleitoral possível. Um partido eleitoral não pode escapar

da burocratização e despolitização dos militantes. Isso é necessário quando se quer construir grandes comitês eleitorais que sirvam apenas para caçar votos, e nunca discutam ou se oponham ao que é determinado pela cúpula burocrática.

A T. POR rompeu com o PT para poder continuar defendendo a construção de um autêntico partido operário revolucionário. Um partido que lute pelo fim da exploração de classe (destruição do capitalismo), o que só pode ocorrer através da revolução proletária. Por isso defendemos a construção de um partido de militantes revolucionários, que sejam capazes de construir e aplicar coletivamente o programa do proletariado. Um partido revolucionário só pode se construir sobre a base do centralismo democrático (unidade de ação com a mais ampla democracia interna, direito de divergência e de organizar tendências sobre a base de posições políticas).

As correntes internas do PT são incapazes de lutar consequentemente contra a Articulação e em defesa da democracia interna, porque seus objetivos estratégicos não diferem na essência dos de LULA e Companhia. Assim, as diferenças entre as correntes internas do PT são cada vez menores. A Articulação conseguiu impor no partido sua estratégia do governo democrático e popular, isto já há algum tempo. A regulamentação das tendências pôs fim a qualquer dúvida: só fica no PT quem defende o programa reformista da Articulação. Quem defende a revolução proletária só pode estar fora do PT, e cabe-lhe trabalhar para construir o Partido Operário Revolucionário.

ERUNDINA E O GOVERNO DE COALIZÃO NEM DANDO O PT RECEBE

Erundina decidiu lotear seu governo oferecendo cargos aos chamados partidos de "esquerda", para conseguir apoio na Câmara para seus projetos.

A proposta original seria feita para o PSB, PCB, PC do B, PDT e setores do PMDB. Não deu certo. O PCB só aceita se o PSDB também for convocado, mas o PSB não aceita se o PSDB for convocado. Enfim, nem a política do "dando que se recebe" resolve os problemas da administração democrática e popular (burguesa).

Mas a prefeita resolveu ceder e procurou não só o PSDB (que aceitou), mas também o PFL, o PDS e o PL que não aceitaram, apesar dos favores políticos ofertados. O PDS classificou essa conduta como "sinal de amadurecimento político do PT".

Erundina diz que não os procurou. Não os procurou mesmo. Quem os procurou foi o seu secretário José Eduardo Martins Cardozo, que responde pela prefeita, diz que se trata de uma tentativa de "isolar as esquerdas". Cabe aí uma questão: que esquerda? A mesma que sucateou a CMTC e jogou as tarifas a preços abusivos? A mesma que prega a conciliação de classes?

Se for essa esquerda, senhora prefeita, ela mesma já encontrou o caminho do isolamento ao afastar-se das massas e se apoiar nos corrompidos partidos da burguesia.

PARA QUE SERVIU O CONGRESSO DA UNE?

O 41o Congresso da UNE aprovou a bandeira de não privatização das escolas públicas, bem como contra a desestatização em geral. No caso da desestatização, a UNE não se lançou a nenhuma campanha nacional, quando a Usiminas está prestes a ser entregue. E quanto à defesa do Ensino Público é uma vergonha. A bandeira de aprovar a LDB se opõe justamente ao ensino público, uma vez que o projeto mantém e protege o sistema privado de educação.

Não só isso é condenável. A direção da UNE, majoritariamente do PC do B, levou o Congresso a submeter os estudantes aos acontecimentos legislativos do Congresso apodrecido até a medula. Para agosto, programou uma caravana estudantil a Brasília, a fim de pressionar o Congresso a aprovar a LDB. Em razão dos escândalos donarcotráfico e outras jogatinas parlamentares, foi adiada a votação da LDB para setembro.

E que fez a UNE ?

Adiou sua ação, segundo as manobras parlamentares. Enquanto isso, Collor prepara a privatização das estatais, troca o ministro da educação e as mensalidades nas particulares vão às alturas.

Tal atitude da direção da UNE revela o quanto depende do Congresso Nacional, onde o PC do B, PDT, PT têm seus representantes. Essa é a razão pela qual o movimento estudantil passa por um profundo refluxo.

A tarefa não está em arremeter os estudantes por detrás da LDB e sim organizar a luta em todo país contra a política antinacional e antipopular de Collor, que conduz à destruição do ensino público e à desnacionalização. Está colocada a luta operário estudantil contra a reação pró imperialista.

Começa a campanha salarial dos Frios - SP:

Preparar desde já a Greve

Os operários nas Indústrias de Carnes e Frios de São Paulo têm pela frente a campanha salarial ("dissídio" em primeiro de novembro). A experiência feita com a campanha de emergência pelos 100% no mês de julho deve servir para superar a situação atual e travar a luta contra os patrões em defesa das reivindicações da classe.

Para a campanha salarial é preciso defender as principais reivindicações da classe, fazendo desde já a agitação sistemática nas fábricas pela reposição de todas as perdas, o piso salarial do DIEESE (157 mil em agosto) com a escala móvel de salário (reivindicações negadas pela atual diretoria dirigida pelo Grupo Causa Operária) e outras reivindicações. Essa agitação deve estar dirigida para a realização de uma greve geral da categoria, que é a única forma de arrancar as reivindicações. A campanha deve apontar desde o início para a necessidade da greve.

A campanha de emergência provou que o sindicato burocratizado não serve como instrumento de ação. Para organizar a luta é fundamental a formação de um comando geral unitário da campanha, com a participação de

Funcionários do hospital do Câncer do Rio em greve de fome

Os funcionários do Hospital do Câncer, no Rio de Janeiro, estão em greve já alguns dias e como o governo não apresentou nenhuma proposta de reajuste salarial, dois funcionários bravamente se colocaram em greve de fome. Estão em greve de fome porque recebem por uma dura jornada de trabalho somente 49 mil cruzeiros. Hoje, em assembleia geral, em frente ao hospital, um dos grevistas que está em greve de fome, ao defender o aumento dos salários sofreu um desmaio e caiu em frente aos manifestantes.

Veja a que situação miserável chegam os trabalhadores. Igualmente aos funcionários desse hospital estão dois terços da população ativa do país. Não há outra alternativa senão a defesa do salário mínimo real a toda classe trabalhadora. Não queremos ser mutilados pela fome, desemprego, etc.

O exemplo dos companheiros do Rio de Janeiro é uma lição a todos oprimidos.

trabalhadores das fábricas. O comando deve dirigir a campanha e fazer as negociações com os patrões, utilizando-as para aumentar a mobilização. É necessário formar os comandos de base por fábrica e região, para colocar a campanha nas mãos dos trabalhadores.

A campanha de emergência

mostrou que a atual diretoria anula o sindicato como instrumento de luta. Sem a democracia operária, o sindicato continuará burocratizado e não servirá para avançar a mobilização e conscientização da classe. É preciso fortalecer a oposição classista para tirar a burocracia do sindicato e devolvê-lo à classe.

O GOLPE ELEITORAL DE CAUSA OPERÁRIA

No dia 27 de agosto, as proximidades das fábricas dos Frios-SP amanheceram forradas de cartazes. Neles se lia a convocação das eleições sindicais para os dias 9, 10 e 11 de setembro e a chamada do voto na chapa 1 (atual diretoria do sindicato).

Trata-se de um golpe do grupo que dirige o sindicato não só contra a democracia operária (porque inviabiliza uma campanha opositora), mas principalmente contra os próprios trabalhadores.

O que devia ter sido feito de acordo com a democracia operária

- convocar as eleições amplamente por toda a categoria e com bastante antecedência;

- permitir aos trabalhadores que discutissem as propostas do programa para o sindicato;

- permitir que os trabalhadores de cada fábrica pudessem indicar seus companheiros de luta para representá-los na direção sindical;

- realizar uma Convenção Aberta para escolher democraticamente os nomes para a futura diretoria;

- fazer uma campanha eleitoral que deixasse claras as propostas para o sindicato;

- fazer eleições limpas onde a classe decidisse conscientemente.

O que fez Carlito e seu grupo (Causa Operária)

- só comunicaram a data das eleições a oito dias da votação, e com a chapa já inscrita

- não colocaram para a classe qual o programa que defendem;

- formaram a chapa num domingo à noite, escondido da grande maioria dos trabalhadores somente com gente de sua "confiança"

- a campanha eleitoral é só para "inglês" ver. Oito dias não dão nem mesmo para conhecer os nomes da chapa;

- as eleições serão controladas pela corrente Causa Operária, o que dará margem à manipulação dos resultados (fraude).

Uma corrente burocratizada só poderia concluir dessa forma: aplicando um golpe que só burocratas como Medeiros e seus comparsas chegaram a dar contra a classe. Seu único objetivo é se manter como "donos" do aparelho do sindicato para utilizá-lo para sua política eleitoral e para a sustentação material de sua corrente política e de seus dirigentes.

Os trabalhadores precisam se organizar ao redor do programa revolucionário e varrer os burocratas de seu sindicato. Enquanto o sindicato estiver dominado pela burocracia, não servirá como instrumento de luta contra a opressão capitalista.

**PARA VARRER COM
A BUROCRACIA SINDICAL,
CONSTRUIR AS
FRACOES REVOLUCIONARIAS**

TÊXTEIS - SP Campanha começa com Assembléia que não organiza

A assembléia inicial da campanha salarial, realizada em 18.08, não serviu para avançar a mobilização. Os pelegos da atual diretoria do sindicato utilizaram a assembléia para desorganizar a luta. Fizeram isso atacando o tempo todo a oposição classista, deixando de lado até mesmo qualquer demagogia em relação à campanha.

Os pelegos recusaram-se a defender as reivindicações do salário mínimo real (piso salarial de 157 mil) com escala móvel, reposição de todas as perdas e as outras reivindicações da categoria. Assim, logo de início, mostram que estão dispostos a bolcotar a luta contra a superexploração patronal.

A presença de centenas de trabalhadores mostrou a disposição de luta da vanguarda da classe. Essa vanguarda precisa criar a direção de campanha, o comando de greve, porque se depender da burocracia não haverá luta.

O fato da diretoria ainda controlar a campanha e manobrar a assembléia mostra que é preciso fortalecer o trabalho da oposição classista para que essa possa derrotar a burocracia e impor a vontade dos operários, que é a de ir à luta por suas reivindicações.

Têxteis - SP: As horas extras garantem a superexploração do trabalho

Muitas fábricas têxteis como Alpargatas, Vicunha, Monizac, etc estão exigindo que os operários façam horas extras.

Os operários, por sua vez, vêm cumprindo essa determinação, pensando que dessa forma poderão recuperar o poder de compra de anos passados. Ao contrário, quem ganha com as horas extras é só o burguês, pois elas significam elevar mais ainda a superexploração do trabalho. O patronato, à medida que paga apenas 60 mil, ou seja, um terço do salário mínimo real necessário para o operário sobreviver (180

mil), garante com isso a superexploração do trabalho.

Além disso, as horas extras mantêm o exército de desempregados, facilitando ao patrão reduzir mais ainda os salários, por encontrar farta mão-de-obra.

Cabe aos operários têxteis organizar a greve pelo salário mínimo real (180 mil) com escala móvel (reposição de acordo com a inflação), pois, é a única forma de recuperar de fato o poder aquisitivo e manter o emprego. Caso contrário, os operários estarão sujeitos a ganhar cada vez menos, trabalhar mais ainda e ter menos tempo de vida.

VICUNHA: Organizar as comissões de fábrica

A superexploração sobre os operários vem aumentando diariamente na Vicunha. Além de oferecer os mais baixos salários da categoria, o patrão vem demitindo por "justa causa" sem mais nem menos.

A insalubridade vem matando os operários. Morreu nesse mês, por contaminação, um funcionário da tinturaria que era antigo de casa. O patrão, parasita dos operários, chegou ao ponto de sumir com o caderno de anotação das horas extras, só para não pagá-las.

Os operários da Vicunha sabem que para a fábrica continuar sendo a campeã dos lucros no mercado, ela tem de aumentar diariamente a exploração sobre eles. Por isso que, da mesma forma que é a

empresa mais exploradora da categoria, também é a que tem o maior número de greves contra essa situação, dado que a revolta que vem aumentando.

No entanto, as greves por não serem organizadas com antecedência têm sido desmanteladas pelo patrão com a ajuda da diretoria do sindicato.

Diante disso, temos de começar a organizar os grupos revolucionários dentro da fábrica, que terão como tarefa além de impulsionar a greve pelas reivindicações mais sentidas, também serão responsáveis pela educação dos operários, no sentido de mostrar-lhes que para resolver de vez essa situação é preciso destruir o regime capitalista de opressão e mutilação.

TAB: ORGANIZAR A GREVE

Os operários da TAB trabalham 240 horas mensais e estão recebendo apenas 220 horas. O patrão da TAB, além de pagar baixos salários, vem embolsando 20 horas de trabalho de todos os operários.

Os operários, que estão descontentes e querem mudar essa situação, sabem que têm de lutar contra mais essa exploração.

É preciso construir os grupos de fábrica para impulsionar a greve, como parte da luta geral da categoria nessa campanha salarial.

Construir as comissões de mulheres

Os baixos salários e a falta de creches no local de trabalho têm obrigado as operárias a colocarem seus filhos em qualquer lugar, e até deixá-los sozinhos em casa sem segurança alguma.

A falta de creche no local de trabalho, bem como a exigência de testes de gravidez, a esterilização, etc, são problemas que as operárias vêm enfrentando diariamente, que se constituem num ataque à maternidade.

Para as mulheres conquistarem os mínimos direitos, inclusive o de ser mãe, é preciso lutar junto com toda a classe operária por destruir toda forma de opressão, dado que esses problemas são decorrentes da exploração capitalista.

Cabe as operárias construir os grupos de mulheres dentro das fábricas para discutir essa questão e organizarem a luta.

Pesquisadores: -Sindicato único

Após a combativa greve do IBGE que durou quase dois meses sob o peso do ataque do governo (demissão de ativistas, por exemplo) e do isolamento, volta à tona a discussão sobre a questão da unidade do setor. Atualmente, os pesquisadores de empresas privadas estão separados dos pesquisadores do IBGE (funcionários federais).

Essa separação só serve para manter enfraquecidos os pesquisadores de empresas privadas, menos organizados, mais dispersos e mais sujeitos aos ataques patronais.

Defendemos a unidade do ramo dos pesquisadores para fortalecer a luta contra a exploração patronal e os ataques do governo pró-imperialista.

Todos à Assembléia do dia 13/09 para decretar a Greve

No dia 16, aprovou-se a preparação de uma grande mobilização, na Avenida Paulista, para decidir sobre a resposta de Fleury às nossas reivindicações. As perdas já somam mais de 160% e o governo tem imposto migalhas de 10%. Por outro lado, realizamos inúmeras assembleias sem que nada de concreto fosse decidido, o que prova a pouca disposição da diretoria da Apeesp em impulsionar a classe.

Sabemos que não bastam as condições objetivas (salários baixos, perdas, etc), para que haja uma ofensiva dos trabalhadores contra a política de arrocho, é necessário que a direção exerça de fato um papel impulsionador. Não dá mais para ouvir os discursos de que a categoria ficou descrente com a derrota econômica sofrida após os 80 dias de greve em 1989. O que foi feito para reverter esse quadro? Nada!

É o momento de superar esses

entraves, que só têm contribuído para dar mais fôlego ao governo. Por isso, a assembleia do dia 13 tem de ser convocada com a perspectiva clara de aprovação imediata da greve. Da mesma forma, propondo a unificação com os outros Estados que estão paralisados, como por exemplo: Pernambuco, Maranhão, Santa Catarina, etc.

Colocamos a questão da greve, porque o governo não cumprirá com a exigência de piso salarial do Dieese. Pois, estará implementando os planos econômicos de redução dos déficits públicos, mediante a cortes drásticos na educação. A unidade dos governadores para a aplicação do arrocho e destruição da escola pública no país terá de ser respondida com a ofensiva do conjunto dos trabalhadores. Por isso, defendemos que a CNTE chame a unificação dos movimentos grevistas.

TELEBRÁS/TELESP - Desacreditar para privatizar

Vivemos, hoje, um conturbado processo de privatização das empresas estatais, onde o governo Collor procura, por todos os meios, manobrar a opinião pública no sentido de que é necessário privatizar, e para isso utiliza métodos transversais. Que métodos são esses?

Primeiro, procura desmoralizar a TELESP, centrando fogo numa questão que não é nova dentro do governo como um todo: a corrupção. Há tempos a população e os funcionários sabem que a empresa que movimenta maior capital dentro do sistema tem que estar sendo roubada para não poder honrar seus compromissos (atrasos nas instalações). Por que só agora se decidiu fazer uma devassa na administração anterior?

Segundo, coloca outra velha questão, a queda da qualidade do serviço de operação da TELESP (21%) e a neces-

sidade de injeção de capital para melhorar o sistema. Por que só agora o presidente da Telebrás coloca esta questão, informando que o capital a ser investido deve ser privado (estrangeiro)? O processo de sucateamento está em curso desde o início do governo Collor.

Terceiro, a ameaça ao emprego através da proposta de reforma constitucional (emenda), que acaba com a estabilidade, permite a redução dos salários e impõe a privatização de um setor que a Constituição define como de segurança nacional.

Portanto, devemos levantar a bandeira contra a privatização, contra as medidas anti-nacionais, anti-populares e pró-imperialista do governo Collor e isto cabe ao sindicato e aos trabalhadores organizarem-se em defesa do estatismo.

Marreteiros lutam para trabalhar

Novamente, assistimos ao acirramento da luta dos marreteiros contra a prefeitura.

Numa cidade de 1 milhão de desempregados, cresce o que se chama de "economia informal", não só porque o marreteiro precisa sobreviver, mas também porque o salário oferecido hoje pelo mercado de trabalho não é capaz de atender às necessidades mínimas do trabalhador.

Entretanto, por pressão dos lojistas, a prefeitura do PT manda varrer os marreteiros.

Não podemos esquecer que quan-

do assumiu a prefeitura uma das primeiras medidas de Erundina foi liberar a cidade para os marreteiros, para se contrapor a medida adotada por Jânio Quadros. Portanto, foi uma medida meramente populista.

O que prova de que lado está o chamado governo democrático-popular do PT. Dos lojistas, dos empresários e da burguesia em geral.

Erundina esteve no Rio de Janeiro dando uma palestra sobre "O modo petista de governar". Será que querem acabar com os marreteiros do Rio de Janeiro também?

PALESTRA: EM DEFESA DO ESTATISMO

A T.POR defende o estatismo contra as privatizações no marco da mobilização direta das massas contra as metrópoles imperialistas, que buscam a superação da crise estrutural do capitalismo à custa da sangria das economias nacionais dos países atrasados. Coloca a bandeira do estatismo na perspectiva da luta da nação oprimida (atrasada) contra as nações opressoras. Nesse sentido, a luta pelo estatismo é a luta contra o imperialismo, que na atual fase procura recolonizar as débeis economias e contra a política pró-imperialista do governo Collor.

Embora haja frações da burguesia nacional que se colocam contra a desnacionalização da economia, não são capazes de empunhar a bandeira da libertação nacional, ou seja, independência em relação aos países imperialistas, porque são incapazes de tirar o país do atraso que lhe foi imposto, promover um desenvolvimento global e harmônico, retirar a amargura da população da miséria, do analfabetismo, etc, no marco do regime de exploração e de cooperação com os países opressores. Se, no passado, a burguesia nacional utilizou-se do estatismo como forma de proteger-se economicamente, hoje, não pode se manter minimamente independente das grandes metrópoles capitalistas. Por isso, cede às pressões de desnacionalização.

A defesa conseqüente do estatismo é tarefa do Partido Revolucionário junto às massas, porque entende que se trata de uma luta ant imperialista, antiburguesa, que só será levada a cabo sob a direção da classe operária, responsável direta pela destruição do capitalismo.

Desta forma, chamamos os companheiros a participarem do debate que estaremos realizando sobre A Luta Ant imperialista Contra as Privatizações.

Data: 06/09/91 - Sexta
As 19 horas

Local: Av São José, 54
Diadema - SP

Para onde vai a CUT ?

Desde sua fundação, a Central Unica dos Trabalhadores (CUT) nunca passou por tamanha paralisia como agora. Não porque a miséria das massas não aumentasse ou a ofensiva capitalista não recrudescesse. E não porque os assalariados não se dispusessem a lutar. O fato é que a direção majoritária vem caminhando, nos últimos tempos, para o Entendimento Nacional sob os objetivos eleitorais do PT.

A CUT foi submetida às decisões do Parlamento e sua ação se concentrou no jogo dos lobbies parlamentares. O sindicalismo social-democrata foi implantado na CUT. O movimento operário está submetido à estratégia da frente popular eleitoreira, que promoveu a candidatura de Lula.

A busca da estruturação de um governo democrático e popular, que possa servir de alternativa à crise do regime político, concentrou toda a vida da CUT, que, por sua influência nos sindicatos, bloqueou o desenvolvimento da luta de classe. A estratégia democrático burguesa da frente popular condicionou a tática da CUT à negociação às costas das massas e às quatro paredes do Congresso.

O PT espera, com o agravamento da crise, chegar a uma composição com um setor da burguesia nacional para poder governar o país. Para isso, deverá disciplinar a CUT à democracia burguesa, que, para funcionar a favor dos exploradores, deve controlar a luta de classes e submetê-la ao arbítrio do Estado burguês.

O Congresso que se realiza nos dias de 4 a 8 de setembro refletirá justamente esta posição. A burocracia majoritária objetiva apenas homologar a linha do Entendimento Nacional, que se opõe à tarefa de mobilização de massa, de organização independente do proletariado, de estruturação da classe operária e camponesa, da elaboração do programa antiimperialista e anticapitalista e da plataforma de defesa da vida dos assalariados.

Se os Congressos regionais e estaduais mostraram-se burocratizados e distantes das aspirações dos explorados, o Congresso Nacional será a expressão da integração da direção da CUT à política estatal burguesa.

A militância proletária deve caracterizar claramente o papel pró-burguês da burocracia petista e chamar à formação de uma fração revolucionária na CUT, por um programa de

independência e de luta de classes.

AO CONGRESSO DA CUT

- POR UMA CAMPANHA NACIONAL DE MASSA
- Pela salário mínimo real de 170.000, com escala móvel de salários.
- Pela reposição de todas as perdas.
- Pela estabilidade no emprego para todos.
- Pela terra aos camponeses pobres.
- Pelo estatismo e contra a desnacionalização.
- Pela soberania e independência nacional.
- Pela derrubada do Projeto e do Emendão.
- Pelo fim do governo burguês pró-imperialista.

PELA ORGANIZAÇÃO DA ALIANÇA OPERÁRIO E CAMPONESA

- Formar os comitês agrários e urbanos.
- Pelo governo operário e camponês (ditadura proletária)

PELAS LIBERDADES POLITICAS E FIM DA OPRESSÃO SOCIAL

- Campanha pela libertação dos presos políticos.
- Fim das perseguições e processos judiciais contra as lideranças.
- Organizar os comitês contra a repressão e opressão.

NÃO à FILIAÇÃO DA CUT à CIOLS

- Pela independência política e econômica da CUT.

PELA DEMOCRACIA OPERÁRIA

- Controle pelas bases da direção.
- Fim do controle aparelhista burocrático dos sindicatos e da CUT.
- Pela representação operária majoritária na CUT.

PELA DERROTA DA POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA E REFORMISTA

- Em defesa da política revolucionária antiimperialista e anticapitalista.

Congressos da CUT mostram burocratização da Central

Os Congressos Estaduais da CUT, realizados em agosto, expressaram o grau de burocratização da central. Os trabalhadores foram marginalizados dos debates e das decisões. As delegações foram compostas quase que exclusivamente de sindicalistas, na sua maioria fora das fábricas já há algum tempo. Sem falar das diversas denúncias de fraudes ocorridas por todo o país. E a linha aprovada na esmagadora maioria dos estados refletiu justamente isso: a vitória da Articulação quer dizer que as CUTs estaduais continuarão com a linha da direção reformista, que se traduz na prática na negação da ação de massas como método fundamental de luta para enfrentar os planos pró-imperialistas do governo, na insistência na linha do entendimento nacional (conciliação de classes), que só tem levado os trabalhadores a derrotas, na continuidade da burocratização dos sindicatos com a exclusão das bases das decisões, etc.

Os congressos também mostraram

concretamente que as correntes não são uma oposição consequente à Articulação no interior da Central. Embora em um ou outro estado correntes como a Vertente Socialista, Democracia Socialista, O Trabalho, etc se colocassem em oposição à Articulação, em outros formaram uma chapa conjunta com a direção reformista. Assim, provam que não têm divergência estratégica com os reformistas, e que seus atritos são muito mais em função do aparelho do que de divergências políticas.

Quanto às denúncias de fraude de umas contra as outras, não passam de pura demagogia e disputa aparelhista. A Causa Operária acusa o PC do B de não permitir a votação proporcional de sua chapa para delegados no sindicato dos docentes da Paraíba. Mas a própria Causa Operária fez exatamente a mesma coisa (excluiu a oposição) da composição da delegação dos Frios de São Paulo. O PC do B acusa a Articulação de diminuir casuisticamente a delegação nos estados de Minas, Bahia

e Pará. Mas o próprio PC do B, juntamente com a Causa Operária e a Articulação, O Trabalho e CS se negaram a legitimar no Congresso Regional o recurso dos Securitários de São Paulo. Como vemos, a democracia operária foi negada por todas essas correntes, na sua luta obsessiva pelo controle do aparelho.

E por que a Articulação necessita controlar os sindicatos e a CUT? Para utilizá-los como instrumento de apoio à sua política eleitoreira. Para dar "base social" e material aos seus conchavos com a burguesia no Congresso Nacional, nos "Fóruns", nas eleições, no Pacto Social, etc.

Somente quem defende a revolução proletária é capaz de pôr em prática a autêntica democracia operária, porque o programa revolucionário dá expressão consciente aos anseios da classe. Lutar consequentemente pela democracia operária na CUT só é possível através da luta pelo programa e pela fração revolucionária

O que representou a tentativa de golpe na URSS ?

O fracassado golpe militar na Rússia foi o resultado do processo de divisão e desintegração da burocracia estalinista. Os três principais líderes da aventura golpista, o vice-presidente Gennady Yanayev, primeiro-ministro Valentin Pavlov e vice-presidente do Comitê de Defesa Oleg Baklanov, faziam parte da camarilha de Gorbachev. Para os membros do Comitê de Estado, formado para impor o estado de emergência ditatorial, o objetivo da destituição de Gorbachev e mudança de governo era apenas o de preservar a unidade da Rússia, ameaçada pelos movimentos nacionalistas das Repúblicas e pelo conteúdo do Tratado da União, que seria assinado justamente no dia em que o golpe foi desfechado.

Imediatamente aos acontecimentos, o vice-presidente Yanayev assegurou ao imperialismo que o regime de exceção seria provisório e que não abandonaria o rumo para a economia de mercado, ou seja, de reconstrução capitalista, como prevê o plano da Perestroika. A tentativa de estabelecer uma ditadura militar provisória, dependendo certamente das circunstâncias, obedeceu à necessidade de pôr fim à desintegração do poder central e do próprio PCUS. Enquanto a luta das nacionalidades se ampliava e a economia regredia violentamente, a política de reformas de Gorbachov se encontrava paralisada pela divisão das forças burocráticas (nomenclatura) no poder do Estado.

A ala da Gorbachov não se impunha nem frente à fração pró-imperialista de Yeltsin e nem àquela

vinculada aos interesses do burocrático-estatismo. A tentativa do arquiteto da Perestroika em se apoiar no grupo dos 7 grandes países capitalistas e obter concessões de mercado, pouco antes ao golpe, refletiu o desespero do chefe de Estado perante a bancarrota econômica, o crescente agravamento das lutas nacionais e sociais e sua incapacidade de unificar as forças burocrático-reformistas.

O levante militar de cúpula, isolado da própria máquina enferrujada do PCUS, por sua vez, também manifestou o desespero da camarilha golpista, caracterizada por falta de decisão e por aventureirismo e derrotada por um Yeltsin desarmado, por uma resistência popular limitada e pelos próprios comandantes e os chefes da KGB que deixaram

de acatar ordens. O exército e a KGB expressaram a paralisia e a divisão da burocracia do Estado e do PCUS.

O fundamental, entretanto, é que o golpe pôs em evidência as tendências à guerra civil, já verificadas nos choques das nacionalidades com o aparato do Estado russo, degenerado pela ditadura estalinista desde meados de 1920. Neste quadro, as forças sociais são arrastadas pelas frações da burocracia, uma delas representada pelo agente do imperialismo Yeltsin. O proletariado e os camponeses pobres terão de se armar de uma política independente, para transformar a crise do estalinismo em revolução política.

O imperialismo frente ao golpe

O presidente Georg Bush, dos EUA, exigiu a imediata recondução de Gorbachov ao poder. Helmut Kohl, chanceler alemão, reivindicou o cumprimento de todos os acordos internacionais assinados pela Rússia. A Inglaterra pleiteou o bloqueio econômico. E o Canadá começou a aplicá-lo. Todo mundo imperialista se uniu em defesa da Perestroika. Em contrapartida, o Comitê Estatal de Emergência procurou justificar sua atitude aos governos estrangeiros. Ao presidente da França, Mitterrand, o embaixador soviético entregou uma carta do Comitê em que se comprometia manter as reformas pró-capitalistas.

Ocorre que Gorbachov é o homem que tem a confiança das potências. Ele expressou a evolução contra-revolucionária do estalinismo. Criou vínculos com os governos e organismos internacionais que o colocaram em posição de testa de ferro (titere) dos capitalistas. A preservação de Gorbachov era fundamental, pois além de tudo representava o caminho posterior de ascensão de Boris Yeltsin.

Mediante o fracasso do golpe, o imperialismo passou a pressionar a favor de uma sólida aliança de Gorbachov com Yeltsin, cuja tarefa primordial é a de golpear de vez o PCUS e abrir um período repressivo à ala resistente à aceleração dos planos reformistas.

Desta forma, abre-se uma nova etapa na crise russa, em que num primeiro momento se fortalecerá as posições pró-capitalistas. O imperialismo redobrará seus esforços de penetração nas fronteiras do Estado Soviético. Por essa via, as contradições se agravarão, colocando para as massas a necessidade de defender-se contra a exploração e lutar pelas conquistas da Revolução de 1917.

Quem deve julgar e varrer o PCUS ?

Antes mesmo do golpe, Yeltsin havia decretado o dismantelamento das células do PCUS nas Forças Armadas, polícia, fábricas, etc. Gorbachov, para manter suas ligações com a camarilha dos PCUS, se contrapôs à medida administrativa-governamental de Yeltsin. Nem bem terminou a aventura golpista, os dois chefes se lançaram à caça dos "comunistas" (estalinistas). Por toda parte se efetuam prisões e expurgos dos membros do PCUS. Mais cauteloso Gorbachov procura circunscrever as perseguições à alta cúpula responsável pelo golpe, uma vez que o PCUS está representado pela vasta burocracia, que deve ser convertida e convencida das

vantagens que terá com as reformas pró-capitalistas.

O imperialismo pressiona para que os vitoriosos aproveitem as vantagens do momento para realizar uma drástica reformulação nas Forças Armadas, transformando-as em profissionais, como no capitalismo. O que será necessário para enfrentar o quadro convulsivo da crise, cujos desdobramentos ainda estão no início. A dupla Gorbachov/ Yeltsin terá de se armar de poderes ditatoriais para conter a dissolução da União e impor às massas as consequências da economia de mercado. Os que se maravilham com a democracia de Gorbachov não vêem que se trata de uma

casca que acoberta as sementes de uma nova ditadura militar burocrática.

O proletariado não pode apoiar a perseguição estatal ao PCUS, por resultar dos mesmos métodos estalinistas e capitalistas de opressão, bem como por responder aos objetivos de estruturar o poder pró-capitalista. Ao contrário, deve se colocar pela formação dos tribunais populares e conselhos operários e camponeses para julgarem e varrerem com o estalinismo pela via do método da revolução política. Da mesma forma, defender a desburocratização do exército, transformando-o em milícias operárias e camponesas para reedificar o controle das massas sobre o Estado e a economia.

O COMUNISMO FALIU ?

A aventura golpista do vice-presidente Gennadi Yanayev e seus comparsas motivaram um novo surto propagandístico da burguesia contra os fundamentos do marxismo, isto é, do socialismo científico. Confunde-se deliberadamente a derrocada do sistema estalinista e sua ditadura com o comunismo. Identifica-se em Lenin as raízes do totalitarismo de Stalin e o esgotamento da economia-estatal, burocraticamente centralizada, como sendo o resultado das relações de propriedade socialistas. Explica-se que vivemos o fim da experiência histórica do comunismo e o triunfo definitivo das economias de mercado, a que expressa as relações capitalistas de produção, estruturadas na forma de propriedade privada dos meios de produção. Em resumo, afirma-se que venceu a livre-iniciativa - que quer dizer a liberdade de uma minoria burguesa de explorar a grande maioria trabalhadora - contra o comunismo

Não há nada mais falso e ilusório nesta campanha, que visa controlar a pequena-burguesia arruinada e criar desconfiança no proletariado em relação à estratégia da revolução socialista. Na verdade, o estalinismo iniciou desde 1924 um processo de revisão dos princípios marxistas-leninistas, que permitiram ao proletariado russo e aos camponeses pobres realizarem a primeira revolução proletária vitoriosa. Esta confiscou as grandes propriedades latifundiárias, destruiu o aparato burocrático militar czarista e introduziu a igualdade nacional e a autodeterminação nacional. Ao derrubar o monopólio burguês dos meios de produção, a Revolução Russa de 1917 criou um novo modo de relação de propriedade, que teria de se desenvolver com o avanço da revolução internacional.

A ditadura de Stalin bloqueou o curso histórico da revolução, destruiu fisicamente milhares de militantes, entre eles grandes dirigentes como Trotsky,

Kamenev, Zinoviev, Bukarin, etc, e implantou a centralização policial burocrática do Estado operário. Passou a jogar um papel oposto à estratégia internacionalista do leninismo e foi responsável pela destruição político-ideológica do movimento comunista mundial. Trotsky, por várias vezes, demonstrou que na Rússia atrasada o socialismo era apenas embrionário e que o estalinismo seria responsável por sua destruição.

A Perestroika nada mais é do que o ponto culminante da evolução do estalinismo, e o golpismo de Yanayev a sua outra face. O que temos, portanto, é o fim da era estalinista, que se transformou totalmente em pró-capitalista.

Das cinzas do estalinismo, da estratégia da restauração capitalista na Rússia e da crise estrutural do capitalismo se levantará opostamente o marxismo-leninista-trotsquista, que se materializará na construção dos partidos revolucionários.

A tarefa dos trabalhadores russos

Apos o golpe, o Estado não se permaneceu nas mãos dos defensores do capitalismo e adversários do direito real a autodeterminação das nacionalidades, como fortaleceu a fracção resolutamente pro-imperialista de Yeltsin. Os analistas burgueses e mesmo correntes de esquerda propagandearam a vitória da democracia contra a ditadura militar. Porém, as forças vencedoras são as mesmas que mantiveram até recentemente a ditadura estalinista. E sua

tarefa consiste em utilizar a abertura política para que as alas da burocracia disputem entre si a hegemonia da estratégia de reforma e reestruturação pro-capitalista.

A própria Glasnost (abertura) é fruto da quebra da centralização burocrático-militar do Estado operário completamente desfigurado e corrompido. A tal democracia existente é um meio das fracções totalitárias burocráticas processarem as divergências quanto ao ritmo, método e

relação com o imperialismo no sentido da estruturação da economia de mercado, que pressupõe destruir o monopólio estatal dos meios de produção.

O proletariado esteve obrigado a combater o golpe totalitário, como fizeram os mineiros que decretaram a greve. Porém, terá de se emancipar das alas reformistas burguesas, como de Gorbachov, Yeltsin, etc. A tarefa dos trabalhadores russos é a de se organizar em um par-

tido revolucionário que tenha por programa a defesa da propriedade coletiva dos meios de produção (socialista), a derrubada integral da burocracia estalinista e social-democrata, implantação da democracia operária, vinculada ao controle da produção, e restabelecimento pleno do Estado operário (ditadura proletária anticapitalista e internacionalista). Por esse programa passará a revolução política.

Bolívia: os estranhos caminhos da perseguição política

Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano, por ocasião do 56º aniversário do POR, fez, numa rádio, uma análise a respeito da situação política na Bolívia que aponta para uma luta insurrecional e citou como exemplo de exploração o cervejeiro Fernández, dono da maior cervejaria boliviana.

Imediatamente, este exemplo foi utilizado como instrumento para acirrar a repressão política. Guillermo Lora foi preso com base nas acusações de Fernández, apoiado por membros de um movimento político (UCS) de que o mesmo teria praticado crime de calúnia contra sua pessoa. As "calúnias" foram: que Fernández produz bebidas alcoólicas e que isto em nada contribui para a saúde do operário, que Fernández é empresário e, portanto, explorador.

Com bases nessas "acusações", a justiça boliviana houve por bem decretar a prisão de G.Lora, o que prova o peso do grande capital sobre a justiça e o acirramento da perseguição política, porque a questão de fundo era a análise do recrudescimento da luta de classes na Bolívia. E o caso Fernández foi o pretexto utilizado para sua prisão.

Fernandez compra a Justiça para encarcerar Lora

Violando as normas procedimentais, os juizes obedecendo ao milionário Fernández, deram um jeito para encerrar numa cela Guillermo Lora.

Não se trata de uma disputa pessoal, mas de um acontecimento na luta política e revolucionária contra o capitalismo.

Lora tem rechaçado retratar-se de suas apreciações sobre essa vergonha que é a atividade política da UCS.

Continua sustentando que Fernández é um capitalista explorador de operários, um sanguessuga como tantos outros. Além do mais é inconfessável a origem da fortuna de um envenenador do povo. Fernández engarrafa veneno para destruir à população boliviana e, segundo confessa, a todo o mundo.

Este incidente tem merecido a repulsa de toda a população e mesmo dos inimigos políticos que reconhecem em Lora um incorruptível combatente revolucionário e intelectual de relevo.

LUTAR PELA LIBERDADE DE LORA E LUTAR PELA REVOLUÇÃO!